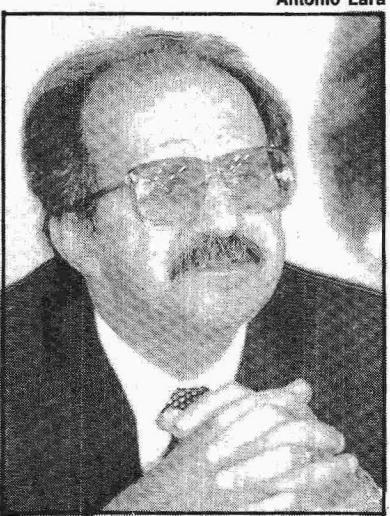


Combate à recessão acionará municípios

LEISE TAVEIRA



Antônio Lara

BRASÍLIA — O Ministério do Planejamento já encontrou uma forma de adotar as medidas prometidas pelo presidente Itamar Franco para atenuar os efeitos da recessão: tratar os problemas sociais através da municipalização. A idéia é transferir para estados e municípios parte dos US\$ 60 bilhões, que deverão ser destinados para a área social em 1993, e que serão aplicados em setores prioritários. Com isso, caberá a essas unidades menores as responsabilidades de execução e fiscalização dos projetos.

De acordo com estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), solicitados pelo ministro Paulo Haddad, as áreas prioritárias serão saneamento, saúde, nutrição e abastecimento. Isso porque, além de gerarem emprego, elas já contam com recursos previstos no orçamento, a ser alterado até o próximo dia 15. Segundo assessores

que os benefícios da municipalização não se resumem apenas em reduzir os problemas da União, mas também de transferir para a sociedade a tarefa de escolher onde e como aplicar os recursos públicos. Citando o que já ocorre em Fortaleza, os técnicos explicaram que a gestão do dinheiro público não seria feita exclusivamente pelas prefeituras, mas por uma comissão que teria a participação de representantes de entidades de classe. Assim, segundo eles, os riscos de desvios e de má utilização dos recursos seriam sensivelmente reduzidos.

O ministro Paulo Haddad já está estudando três projetos entregues a ele no início desta semana por um grupo de prefeitos. Com a idéia da municipalização como ponto de partida, o ministro já solicitou a técnicos do Ipea o estudo de viabilidade de programas de combate ao desemprego, de distribuição de alimentos e de descentralização da merenda escolar, todos propostos pelos prefeitos.

Técnicos do Ipea explicaram